



## Águas desconhecidas

Sem melhor financiamento para recolha de dados, controlo e aplicação da lei, as reformas à política comum das pescas correm o risco de falhar redondamente.

Nada sabemos sobre a saúde de metade dos nossos *stocks* de peixes. Um controlo e aplicação da lei fracos em termos governamentais são responsáveis pelo facto de 30 a 40% do peixe que comemos ser de origem ilegal, não declarada e não regulamentada. Para que os mares voltem a ser sustentáveis e rentáveis são precisos dados adequados das pescarias e a devida aplicação das leis que as regem.

### Resumo executivo

Imagine que as águas europeias tinham peixe suficiente para alimentar mais 160 milhões de cidadãos da UE; e que a nossa indústria pesqueira gerava um rendimento extra de 3,2 mil milhões de euros por ano e criava até 100.000 novos empregos.<sup>1,2</sup> Isso poderia ser uma realidade se deixássemos os *stocks* de peixe crescerem até ao seu rendimento máximo sustentável (RMS), estabelecendo cotas adequadas de pesca. Quanto mais depressa os *stocks* de peixes voltarem a níveis sustentáveis, mais depressa esses benefícios podem vir a concretizar-se.

A Política Comum de Pescas, recentemente aprovada, visa restaurar os *stocks* de peixe e tornar a pesca europeia novamente sustentável e rentável. Contudo, isto só pode ser concretizado com dados adequados dos *stocks* de peixes e a devida aplicação das leis que impedem a sobrepesca.

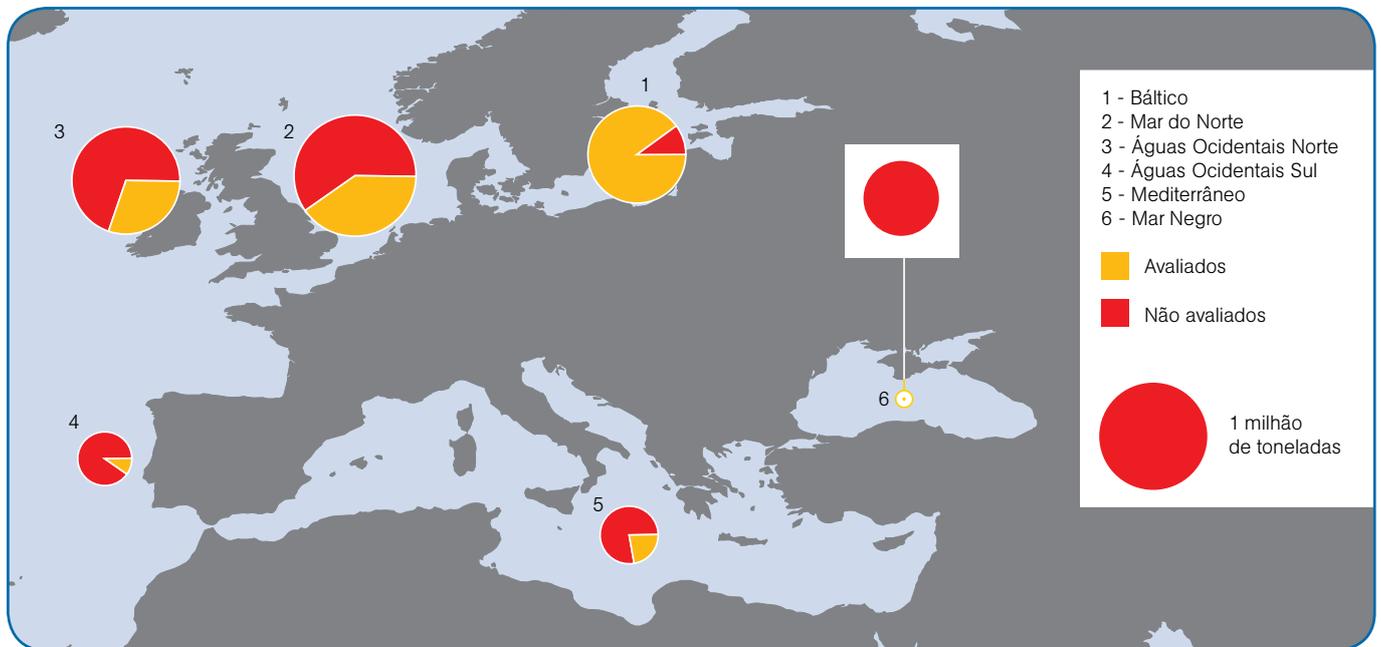
É fundamental para o futuro dos *stocks* de peixes europeus que o instrumento financeiro da PCP - o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas -, seja direccionado para a recolha de dados, o controlo e a aplicação da lei.

Os fundos existentes para recolha de dados, controlo e aplicação da lei representam, atualmente, apenas 1,5% do valor dos desembarques. Triplicar este valor para 302 milhões de euros anualmente seria um pequeno investimento, o em conta os ganhos adicionais em empregos e abastecimento alimentar. Cada euro investido em recolha de dados, controlo e aplicação da lei pode dar um possível retorno de 10 euros. Além disso, as partes interessadas da indústria apoiam a ideia de medidas comunais e, alguns, pedem uma coordenação de recolha de dados mais eficaz.<sup>3,4</sup>

O novo enquadramento de subsídios do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas constitui uma oportunidade para aumentar drasticamente os fundos para recolha de dados, controlo e aplicação da lei. O resultado da próxima votação do FEAMP no Parlamento Europeu será um incentivo à sobrepesca contínua ou então um incentivo a cotas adequadas, pescas sustentáveis e a uma gestão responsável dos nossos *stocks* de peixes.

### Recolha de dados

Informações precisas sobre a biomassa dos *stocks* de peixes nas águas da UE permitem a definição de



Fonte: Le Quesne et al.<sup>5</sup>

cotas de pesca adequadas. Infelizmente, desconhece-se a saúde da maioria dos stocks de peixes da UE.<sup>6</sup> No Atlântico Nordeste avaliou-se menos de metade dos stocks de peixes por tonelagem bruta. Relativamente ao Mediterrâneo e ao Mar Morto esse número cai para menos de um quarto ( ver mapa).

### Gestão eficaz

Há provas de que existe uma ligação direta entre a avaliação dos stocks e uma gestão sustentável. Um estudo que analisou pescarias de todo o mundo detetou um claro declínio nos stocks de peixes não avaliados e sinais de recuperação nos que haviam sido avaliados.<sup>7</sup>

A pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) despreza as cotas de captura. Em 2008, um relatório estimou que 30 a 40% dos peixes capturados na UE são provenientes de pesca INN.<sup>8</sup>

Uma parte da nova reforma da PCP diz respeito a uma nova proibição às devoluções. Contudo, sem um controlo e aplicação da lei adequados, essa nova lei será completamente minada. A atenção sobre as devoluções foi desencadeada por protestos públicos, quando os dados da Comissão Europeia mostraram que os pescadores da UE descartam atualmente, em média, um quarto do que é capturado e até 70% nalgumas regiões – facto que demonstrou a importância que a recolha de dados pode ter.<sup>9</sup>

Houve estudos que revelaram igualmente que, a nível mundial, existe uma ligação entre a força e a competência governamentais e níveis menores de pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN).<sup>10</sup> Esta descoberta refere-se a países europeus, onde observadores de embarcações relataram tentativas de intimidação e suborno.<sup>11</sup>

Na Europa, dados de inspeções lideradas pela Agência Comunitária de Controlo das Pescas indicam que pelo menos uma em cada 17 embarcações da UE pode estar a infringir regras num dado momento.

### Fundos atuais

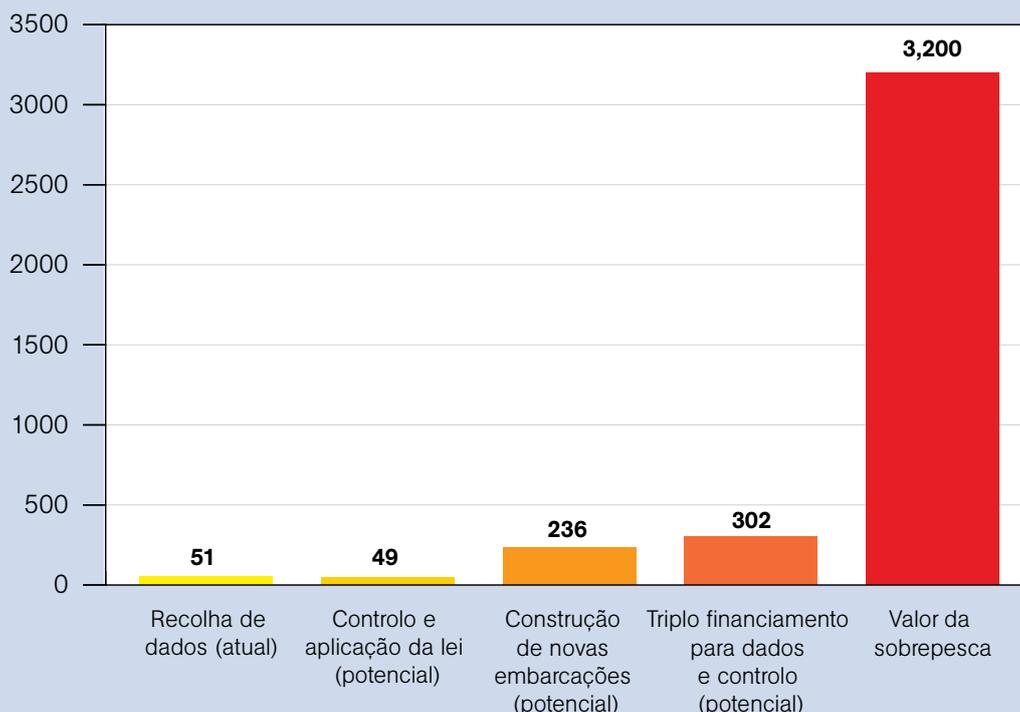
Até à data, investiu-se pouco em recolha de dados, controlo e aplicação da lei como forma de manter uma pesca sustentável. De 2007 a 2013, os investimentos anuais da UE em recolha de dados foram de 51,4 milhões de euros. Por ano, a UE investiu 49,3 milhões de euros em controlo e aplicação da lei no mesmo período. As despesas combinadas de pouco mais de 100 milhões de euros equivalem a apenas 1,5% do valor dos desembarques - apesar de a sobrepesca estar muito disseminada.<sup>12</sup>

Os dados da Comissão Europeia mostram que os subsídios para outras medidas (muitas delas prejudiciais), ultrapassam largamente o financiamento para recolha de dados, controlo e aplicação da lei. Por exemplo, o financiamento para ter acesso a águas estrangeiras é mais do triplo do que é gasto em recolha de dados nas águas da UE.<sup>13</sup>

### Um investimento lucrativo

Triplicar a quantia atual de financiamento para recolha de dados, controlo e aplicação da lei para um investimento anual de 302 milhões de euros poderia ter grandes efeitos no combate à sobrepesca na UE, podendo gerar um valor adicional de capturas de 3,2 mil milhões de euros por ano. Se estas medidas forem bem-sucedidas, cada euro investido em recolha de dados, controlo e aplicação da lei terá um possível retorno de 10 euros. É bastante evidente que fundos relativamente pequenos podem gerar grandes benefícios quando se combate a sobrepesca.

**Figure 1. Quantias anuais em pescarias da UE (milhões de euros)**



Fonte: Comissão Europeia<sup>14,15,16</sup>; Crilly & Esteban<sup>17</sup>

Este acréscimo de fundos representaria ainda assim apenas 4,6% relativamente ao valor dos desembarques. Além disso, o investimento de 302 milhões de euros é também comparável ao possível financiamento do FEAMP para a construção de novas embarcações (236 milhões de euros), no âmbito da alteração 32b (consultar a tabela). Mais construção de embarcações minará a evolução no sentido da recuperação dos stocks de peixes, já que contribui para a sobrecapacidade - principal causa da sobrepesca.

Este nível de retorno em relação ao investimento também está patente noutros estudos sobre recolha de dados, controlo e aplicação da lei. A avaliação de impacto da Rede de Observação e Dados do Meio Marinho estimou que de um programa de 20 milhões de euros se pode esperar um retorno médio de 360 a 500 milhões de euros. Isto é, um retorno de 18 a 25 euros por cada euro investido.<sup>18</sup>

No que toca ao controlo e aplicação da lei, uma experiência recente de proibição das devoluções no Reino Unido, que recorreu à monitorização eletrónica em todas as embarcações, traduziu-se numa redução drástica das devoluções. O custo anual da monitorização eletrónica por embarcação foi de 9.139 euros, que se calcula que possa descer para aproximadamente 8.000 euros. Até esta medida cara de monitorização eletrónica (que em larga escala pode atingir os mil milhões de euros) se pagaria a si mesma com um nível equivalente de redução de devoluções.<sup>19,20</sup>

### Resultados da experiência de devoluções no Reino Unido

Pesca	Taxa média de devoluções (%)	Taxa de devoluções de experiência (%)
Pesca de arrasto ao bacalhau (Mar do Norte)	38,0	0,2
Pesca de arrasto de vara ao linguado (Zona VIle)	28,0	0,1
Pesca de arrasto de vara à solha (Zonas VIId e e)	8,0	0,2
Pesca de arrasto de vara ao tamboril (Zona VII)	6,0	1,1
Pesca de arrasto de vara ao areeiro (Zona VII)	12,0	1,3

Fonte: Organização de Gestão Marítima<sup>21</sup>

### Uma oportunidade para a mudança

Sem uma recolha de dados, um controlo e uma aplicação da lei adequados, os riscos legais das pescas na UE representam pouco mais do que política no papel. A dimensão da deficiência de dados nas pescas da UE é significativa, com metade dos stocks de peixes em estado desconhecido.<sup>22</sup> Calcula-se que a dimensão das pescas que escapam ao controlo e à aplicação da lei seja de 30 a 40%<sup>23</sup> e a taxa atual de devoluções da UE é de 23%.<sup>24</sup>

As possíveis compensações de uma gestão sustentável das pescarias são enormes. O novo enquadramento de subsídios do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas é uma oportunidade para aumentar drasticamente os fundos para recolha de dados, controlo e aplicação da lei. É uma oportunidade para combater a sobrepesca e usufruir dos consequentes benefícios do aumento de receitas, abastecimento alimentar e empregos.

## Endnotes

- 1 Crilly, R. & Esteban, A. (2012). *No Catch Investment*. London: nef. Obtido em <http://www.neweconomics.org/publications/entry/no-catch-investment>
- 2 Crilly, R. & Esteban, A. (2012). *Jobs Lost at Sea*. London: nef. Obtido em <http://www.neweconomics.org/publications/entry/jobs-lost-at-sea>
- 3 Comissão Europeia. (2011) *Impact Assessment Accompanying the document Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on the European Maritime and Fisheries Fund*. Bruxelas: Comissão Europeia. Obtido em [http://ec.europa.eu/fisheries/reform/sec\\_1416\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/fisheries/reform/sec_1416_en.pdf)
- 4 Conselho Consultivo Regional para as Águas Ocidentais Sul. (2012) *SWW RAC Contribution to the Draft Regulation Concerning the European Fund for Maritime Affairs and Fishing*.
- 5 Le Quesne, W., Brown, M., De Oliveira, J., Casey, J. & O'Brien, C. (2013) *Data-Deficient Fisheries in EU Waters*. Bruxelas: Parlamento Europeu.
- 6 Comissão Europeia. (2012) *Communication from the Commission to the Council Concerning a Consultation on Fishing Opportunities for 2013*. Bruxelas: Comissão Europeia. Obtido em [http://ec.europa.eu/fisheries/cfp/fishing\\_rules/tacs/info/com\\_2012\\_278\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/fisheries/cfp/fishing_rules/tacs/info/com_2012_278_en.pdf)
- 7 Costello, C., Ovando, D., Hilborn, R., Gaines, S., Deschenes, O., & Lester, S. (2012) Status and Solutions for the World's Unassessed Fisheries. *Science* 338(6106). Doi:10.1126/science.1223389
- 8 Tinch, R., Dickie, I. & Lanz, B. (2008) *Costs of Illegal, Unreported and Unregulated (IUU) Fishing in EU Fisheries*. London: eftec. Obtido em [http://www.fishsec.org/downloads/1226500209\\_46529.pdf](http://www.fishsec.org/downloads/1226500209_46529.pdf)
- 9 Comissão Europeia. (2011) *Impact Assessment of Discard Reducing Policies EU Discard Annex*. Bruxelas: Comissão Europeia. Obtido em [http://ec.europa.eu/fisheries/documentation/studies/discards/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/fisheries/documentation/studies/discards/index_en.htm)
- 10 Agnew, D. et al. (2009) Estimating the Worldwide Extent of Illegal Fishing. *PLOS ONE* 4(2):e4570. Doi:10.1371/journal.pone.0004570. Obtido em <http://www.plosone.org/article/info:doi/10.1371/journal.pone.0004570>
- 11 Watling, J. (2012) Fishing Observers 'Intimidated and Bribed by EU Crews'. *The Guardian*, 18 de maio de 2012. Obtido em <http://www.theguardian.com/environment/2012/may/18/fishing-inspectors-intimidated-bribed-crews>
- 12 Crilly, R. & Esteban, A. (2012). *No Catch Investment*. London: nef. Obtido em <http://www.neweconomics.org/publications/entry/no-catch-investment>
- 13 Oceana. (2011) *Reforming EU Fisheries Subsidies*. World Wide Fund for Nature. Obtido em <http://www.wwf.eu/?201902/Reforming-EU-Fisheries-Subsidies>
- 14 Comissão Europeia, DG Mare *The Evaluation of the Data Collection Framework (DCF) Lot 2: Retrospective and Prospective Evaluation on the Common Fisheries Policy, Excluding its International Dimension*. Obtido em [http://ec.europa.eu/fisheries/documentation/studies/retrospective-and-prospective-evaluation-on-common-fisheries-policy\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/fisheries/documentation/studies/retrospective-and-prospective-evaluation-on-common-fisheries-policy_en.pdf)
- 15 Comissão Europeia. (2011) *Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on the European Maritime and Fisheries Fund*. Bruxelas: Comissão Europeia. Obtido em [http://ec.europa.eu/fisheries/reform/com\\_2011\\_804\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/fisheries/reform/com_2011_804_en.pdf)
- 16 Comissão Europeia (2011). *A New European Fund for the EU's Maritime and Fisheries Policies*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- 17 Crilly, R. & Esteban, A. (2012). *No Catch Investment*. London: nef. Obtido em <http://www.neweconomics.org/publications/entry/no-catch-investment>
- 18 Comissão Europeia. (2010) *European Marine Observation and Data Network Impact Assessment*. Bruxelas: Comissão Europeia. Obtido em [http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/marine\\_knowledge\\_2020/documents/sec\\_2010\\_999\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/marine_knowledge_2020/documents/sec_2010_999_en.pdf)
- 19 Usando uma taxa estimada de devoluções de espécies comerciais de 66% para o Reino Unido.
- 20 Dificuldades analíticas adicionais resultam do facto de as devoluções não serem apenas de peixes de baixo valor, mas também de peixes da mesma espécie que simplesmente não atingiram a maturidade. Se essas capturas acidentais forem levadas para os portos e vendidas, o retorno estimado será menor do que o calculado; enquanto que se essas capturas acidentais forem evitadas no mar, esses peixes jovens aumentarão de valor e o retorno estimado será maior do que o calculado. As estimativas de redução de devoluções através de medidas técnicas foram calculadas em 36% (Cefas).
- 21 Organização de Gestão Marítima. (2013) *Catch Quota Trial 2012: Final Report*. Obtido em [http://www.marinemangement.org.uk/fisheries/management/documents/quotas/cqt\\_final2012.pdf](http://www.marinemangement.org.uk/fisheries/management/documents/quotas/cqt_final2012.pdf)
- 22 Comissão Europeia. (2012) *Communication from the Commission to the Council Concerning a Consultation on Fishing Opportunities for 2013*. Bruxelas: Comissão Europeia. Obtido em [http://ec.europa.eu/fisheries/cfp/fishing\\_rules/tacs/info/com\\_2012\\_278\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/fisheries/cfp/fishing_rules/tacs/info/com_2012_278_en.pdf)
- 23 Tinch, R., Dickie, I., Lanz, B. (2008) *Costs of Illegal, Unreported and Unregulated (IUU) Fishing in EU Fisheries*. London: eftec. Obtido em [http://www.fishsec.org/downloads/1226500209\\_46529.pdf](http://www.fishsec.org/downloads/1226500209_46529.pdf)
- 24 Seafish. (2012) *The Seafish Guide to Discards*. Obtido em [http://www.seafish.org/media/Publications/SeafishGuidetoDiscards\\_201211.pdf](http://www.seafish.org/media/Publications/SeafishGuidetoDiscards_201211.pdf)

Para descarregar relatórios e para mais informações sobre o regime económico da nef para pescas mais justas e sustentáveis visite: [www.neweconomics.org](http://www.neweconomics.org)